



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

*Discurso na solenidade de apresentação do  
programa Alternativas para a Prática das  
Queimadas na Agricultura*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 7 DE JUNHO DE 2000

*Senhor Ministro da Agricultura, Pratini de Moraes; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhores Governadores de Mato Grosso, de Tocantins; Vice-Governador de Goiás; Representante do Estado do Maranhão; Parlamentares numerosos aqui presentes; Senhoras e Senhores,*

Eu, em geral, quando vou falar depois dos Ministros digo que não tenho nada a acrescentar, mas acrescento. Desta vez, realmente, não tenho muito o que acrescentar, porque o Ministro Pratini, de uma maneira sucinta e direta, explicou os objetivos dessa programação e os meios que vamos utilizar para fazer frente ao problema das queimadas.

Todo ano, quando nos aproximamos desse período, há essa aflição com relação às queimadas. Muitas vezes, apesar dos esforços havidos, há uma sensação de que não houve uma ação capaz de controlar as queimadas e que não há uma preocupação com o meio ambiente. Isso, além de ser uma sensação equivocada porque o Governo e a sociedade brasileira crescentemente têm essa preocupação, produz um efeito, em cadeia, muito negativo, para o País.

Um dos momentos mais difíceis que nós vivemos foi quando houve uma queimada no Amapá. Porque, realmente, aquilo foi reproduzido, incessantemente, mundo afora, como se a floresta amazônica estivesse ardendo em chamas. Como as pessoas não conhecem... Em Roraima, perdão, em Roraima. No Amapá seria impossível, até porque o Amapá tem 95% de cobertura florestal. Como as pessoas não conhecem a realidade, não percebem que essas queimadas são derivadas do que disse, aqui, o Ministro – e nem por isso a estou endossando –, de práticas habituais. Desde os indígenas que queimam, e sempre queimaram, para poder roçar, até as populações, mesmo aquelas que não são grandes proprietárias de terra, sobretudo essas, porque roçam e, antes de roçar, queimam, porque é mais prático e parece que é mais barato.

No caso daquela queimada em Roraima, queimou o cerrado e se aproximou da floresta. É verdade que queimou um pouco da floresta, mas não foi propriamente a floresta. Quando o ministro falava que 35% das queimadas são na Amazônia, pensei: “Vamos esclarecer, porque vão pensar que é na floresta amazônica.” Não é na floresta amazônica, é na região amazônica que é composta, além da floresta, por outros ecossistemas, inclusive por grandes campos, como são os campos de Roraima.

Mas isso não é desculpa para que nós não nos empenhemos no controle das queimadas e em tudo aquilo que diz respeito ao meio ambiente, mormente agora, na Semana do Meio Ambiente. É indiscutível que o que houve, no Brasil, foi um progresso mais rápido nos meios de informação sobre as queimadas do que na nossa capacidade de atuar sobre elas.

Na medida em que nós podemos monitorar o que acontece, através de satélite, nós sabemos onde está queimando. Já fiz a experiência pessoal de olhar no nosso sistema de controle do Ibama, e ele é eficaz, a gente sabe onde é que está queimando. Houve uma tecnologia desenvolvida. Agora temos até satélites que nós estamos fazendo lá, com os chineses, para poder ter uma precisão maior na verificação do que está acontecendo.

Mas disso não deriva a possibilidade de extinguir o fogo. Até digo que, muitas vezes, os meios tecnológicos aumentam a angústia

e não dão a solução. Porque a solução, no caso de queimadas e no caso de uma prática cultural, por um lado, e que é generalizada, por conseqüência, é uma só: a educacional. Não há outro mecanismo. Por mais que nós possamos aumentar a nossa informação – e é bom que tenhamos uma boa informação –, nós não podemos imaginar que, a partir de Brasília ou das capitais, dos governadores, nós possamos agir de pronto e resolver todos os problemas de fogo.

Tem que haver a ação preventiva. É disso que se trata aqui. Estamos nos organizando, em cooperação entre vários Ministérios, mas, sobretudo, com a sociedade. Porque ou o produtor rural participa disso, ou não adianta. Porque não há fiscalização que resolva. Ou há uma motivação, ou não tem solução. Aliás, os grandes problemas do Brasil, hoje, são esses. Não são mais de organização burocrática e fiscalização. São de motivação e mobilização para que a sociedade participe do esforço.

Ora, a sociedade brasileira tomou conhecimento, até com rapidez, dos tremendos danos que a humanidade está causando ao meio ambiente, sobretudo o desenvolvimento tecnológico mais recente. Os riscos que isso acarreta para a perpetuação da espécie, da própria humanidade.

Então, a sociedade, hoje, é solidária com as ações de preservação. Ela é solidária. O problema é que muitas vezes são mais solidários os que estão longe da questão do que os que estão perto. Porque, quem está perto, não tem, às vezes, a informação e, muitas vezes, tem o interesse em ir mais rápido queimar.

Daí, a importância dos trabalhos desenvolvidos pela Embrapa, que sempre sublinho, e a importância, agora, dessas campanhas e dessa ação direta dos Ministérios e do Ministro da Agricultura, do Ministro da Reforma Agrária, do Ministro do Meio Ambiente, porque temos que chegar lá, quer dizer, fazer com que as populações envolvidas no processo, no caso, produtivo percebam que há mecanismos mais eficientes para se obter o mesmo resultado.

O plantio direto tem sido um êxito muito grande no Brasil. Essa medida que o ministro está tomando agora, com meu apoio total, que é a questão de destinar recursos para a recuperação das

pastagens, é fundamental – o filmete, aí, mostra mais do que as palavras – porque, se não recuperar a pastagem, queima aqui, queima ali, usa, usa, esgota o solo, vão embora os nutrientes e derruba mais a floresta e queima de novo.

Ora, é mais eficaz, mais produtivo e mais barato recuperar a pastagem. Mas tem que calcar. Tem que ter máquina para poder calcar. É por isso que é preciso ter o apoio – aí, sim, entra o Governo – do BNDES, para dar recursos para isso, apoio do Banco do Brasil, apoio das Ematers, apoio do Ministério da Agricultura, para que esse processo se generalize.

Então, é disso que se trata. Trata-se muito mais de uma mobilização e de uma conscientização, graças às tecnologias que já estão sendo postas em prática, mas que têm que ser mais difundidas, do que de uma atitude, digamos, repressiva, porque não temos condição de atuar repressivamente em todo o País, no que diz respeito à queimada. Temos que entender as razões da queimada e tratar de convencer aqueles que são responsáveis por elas de que há outros caminhos melhores.

Acredito que estamos em um momento – e o Ministro tem me entusiasmado muito nessa direção – em que é decisivo que o Brasil tome consciência de que a pecuária, a agricultura e o *agrobusiness* são peças constitutivas do nosso processo de desenvolvimento sustentado. Se é verdade que, em uma certa época de entusiasmo industrialista, que não morreu nem deve morrer, foi a contribuição do setor agrário, agropecuário que ficou um pouco esmaecida, pelo menos no discurso, hoje, isso não dá mais, porque é visível a importância da agropecuária para o Brasil.

Estou vindo da Europa, onde estive discutindo com alguns chefes de Estado, e notadamente na França, onde há um problema sempre conosco na questão de acesso a mercados. Lá também eles já sabem que o futuro da produção agropecuária mundial vai estar nesta região – esta região não é só o Brasil, mas uma boa parte é no Brasil – e que houve, como está havendo, um deslocamento do setor produtivo agropecuário para o Centro-Oeste do Brasil, portanto, beirando áreas florestais, portanto, tendo a

ver com os problemas da conservação do cerrado. Temos que compatibilizar a preservação com a necessidade imperiosa da ocupação produtiva dessas áreas, porque isso vai ser um futuro importante para nós.

Foi dito aqui, rapidamente, a respeito da quantidade de animais por hectare, que passar de meio animal para dois por hectare é uma revolução. É fácil. É uma revolução e é fácil. Temos a vantagem, no cerrado, porque o cerrado funciona como se fosse um inverno sem ser. No inverno, você tem que botar o animal, você tem que dar feno, tem que estabular o animal. Sai caro manter. Aqui, mesmo no inverno, é a solo aberto. Além do mais, quando há seca, ela, de alguma maneira, funciona como a neve. Ela mata bactérias. Ela, de alguma maneira, “limpa” um pouco o terreno. É muita vantagem. É muita vantagem. Além disso, a terra caiu de preço por causa do real, porque não é mais reserva de valor. É outra vantagem. Já dispomos de tecnologias adequadas.

Vamos ter que aproveitar isso. Aproveitar com certa rapidez. Estamos preparando o Brasil para isso, com os eixos de desenvolvimento, porque estão todos eles pensados em função de transporte, de portos, de hidrovias, de ferrovias. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são exemplos disso, na questão da Ferronorte. Estamos, agora, tendo que acelerar a Norte-Sul, porque ela é essencial para que possamos valorizar as terras do Piauí, do Maranhão, do Tocantins, de Goiás. Cada vez que vou a Tocantins, como vou ao Mato Grosso, volto com maior confiança ainda no Brasil, porque vejo o que está acontecendo com a incorporação ao setor produtivo brasileiro de imensas áreas do Brasil. Sendo incorporado com tecnologias mais adequadas. Isso é riqueza que se está produzindo.

Se é verdade isso tudo – e se sente que é assim –, é óbvio que isso impõe uma maior preocupação nossa ainda com o meio ambiente e com a utilização adequada das terras, das florestas, dos cerrados, para que possamos não apenas preservar, mas ampliar a nossa capacidade produtiva, ao mesmo tempo. E também é verdade que, crescentemente, nos países ricos haverá preocupações com o meio ambi-

ente dos outros. É imposto verde, é certificado disso, certificado daquilo. A qualidade passa a ser não só a qualidade do produto final, mas do processo produtivo, este passa a ser vital.

Talvez seja esse o traço distintivo do que seja desenvolvimento hoje em dia. Não é mais só a quantidade, visto que somos capazes de produzir em grande quantidade. É quem produz, como produz, com que qualidade, preserva o ser humano, preserva a natureza. Essas vão ser as exigências crescentes de uma civilização que se quer mais humana, e que tem que se querer mais humana. Sendo mais humana, tem que ser, também, mais atenta ao meio ambiente, porque senão não haverá humanidade que sobreviva.

Acho que esse é o roteiro, as medidas estão aí. O apoio dos Governadores, até pela presença deles aqui, e os que mandaram seus representantes, é visível. Esses são os estados, digamos, onde o problema é mais sensível, onde nós vamos ter que atuar com mais força. Acho que nós já estamos, crescentemente, nos habituando a dar-nos a mão uns aos outros. Agora, é preciso que essas mãos se estendam à sociedade e que todos participem desse movimento por um Brasil não só mais próspero mas mais consciente do social e do meio ambiente.

Muito obrigado.